

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

06/08/2026

Sumário

1. Governo busca PPP para o novo centro administrativo

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
05/08/2026 03:00

Governo busca PPP para o novo centro administrativo

Visualizar notícia

Estado fará parceria privada para novo Centro Administrativo

PROJETO Complexo terá três torres no estacionamento do Jóquei, com área construída de 75 mil m². Elas se somarão ao prédio da Caixa, na Avenida Anhanguera, para abrigar 12 mil servidores que estão em imóveis alugados P4

Governo busca PPP para o novo centro administrativo

GESTÃO ESTADUAL Contratação de consultoria será realizada para viabilizar modelo de parceria com a iniciativa privada; novo complexo terá três novas torres e deve abrigar 12 mil servidores

Gabriel Neves
gabriel.neves@opopular.com.br

O governo de Goiás deve estruturar o novo centro administrativo do Estado, no Setor Central, em Goiânia, por meio de uma parceria público-privada (PPP). O projeto prevê a construção de três novas torres na área do estacionamento do Jóquei Clube de Goiás, localizado na Avenida Anhanguera, ao lado do antigo prédio da Caixa Econômica Federal - adquirido pela gestão estadual este ano.

A Companhia de Investimentos e Parcerias de Goiás (Goiás Parcerias) é responsável pela viabilização da PPP. Na atual fase, a estatal aguarda finalizar a contratação de uma consultoria para conduzir o estudo de modelagem e, segundo o seu presidente, Alan Farias Tavares, ainda não há definição se caberá ao parceiro privado apenas a construção do novo complexo ou também assumir a sua manutenção, nem qual será o prazo de amortização do investimento, que pode variar entre 5 e 35 anos.

> *"É o modelo (PPP) que tem sido utilizado para projetos similares em outras unidades da federação. Temos preferência por ele"*
>
> **Alan Faria Tavares, presidente da Goiás Parcerias**

Fábio Lima



Prédio no Centro de Goiânia já adquirido pela gestão: três novas torres ao lado, na área do estacionamento do Jóquei

O presidente da Goiás Parcerias afirma que o governo optou pela PPP em virtude de estudos preliminares internos apontarem que o modelo é "economicamente mais adequado". "É o modelo que tem sido utilizado para projetos similares em outras unidades da federação. Temos preferência por ele. Mas o estudo técnico da consultoria é que dirá se economicamente é, de fato, o melhor modelo", diz Tavares.

Caso confirmado, o rito seguirá as seguintes etapas: contratação da consultoria, controle do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e, por fim, licitação para a escolha do parceiro privado. O governo ainda avalia se o projeto vai incluir uma passarela ligando as novas torres ao antigo prédio da Caixa. Já que essa definição poderia resultar em outros impactos financeiros que não foram discutidos, segundo a Goiás Parcerias.

Apesar de o governador Daniel Vilela (MDB) já ter dito que também pretende integrar o Centro de Convenções de Goiânia ao novo complexo administrativo do Estado, sua eventual interligação ainda é alvo de estudos pela gestão, uma vez que, segundo a Goiás Parcerias, a possibilidade de o custo ficar mais elevado poderia inviabilizar a compensação da obra.

A estatal diz que não há previsão de início das intervenções neste ano, diante da maior lentidão do processo de licitação de PPP. Mas a expectativa da Goiás Parcerias é que a mobilização do canteiro comece no final de 2027.

ESTRUTURA

As três torres que serão edificadas devem somar aproximadamente 75 mil m² de área construída - cálculo que não inclui o prédio da Caixa, cujo serviços de limpeza, manutenção, brigada de acesso, controle de incêndio e monitoramento já estão sendo licitados pela Secretaria Estadual de Administração (Sead) separadamente ao custo de R$ 40,39 milhões para o período de 36 meses.

O complexo deve abrigar aproximadamente 12 mil servidores do Estado. Questionado sobre o impacto em relação ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira (PPLT) quando o novo complexo for concluído, o titular da Goiás Parcerias disse que não serão sentidas muitas mudanças. "O centro será construído para servidores que estão fora do Palácio hoje", afirmou Tavares.

Em termos de custo, a Goiás Parcerias tomou como referência projetos semelhantes que vêm sendo tocados em outros estados - como São Paulo e o Rio Grande do Sul. Com base nesses parâmetros, a estimativa é de que a construção das três torres custe em torno de R$ 520 milhões. Já a eventual passarela ligando o complexo ao prédio da Caixa custaria cerca de R$ 40 milhões a mais, e ainda há custos de revitalização viária no entorno, ainda sem valor definido.

O projeto prevê também que o prédio do Jóquei Clube de Goiás - projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha - seja preservado e revitalizado.

A conta feita pelo governo para justificar o investimento é a seguinte: hoje, diversos órgãos estaduais funcionam espalhados em imóveis alugados pela capital - cada um com sua própria despesa fixa de aluguel, segurança, limpeza e manutenção. A estimativa da Goiás Parcerias é de uma economia entre 25% e 35% ao ano com a centralização dos órgãos em um único complexo. A expectativa do governo é que o investimento nas obras venha, ao menos em parte, do parceiro privado, por meio da PPP.

Procon se mudará para novo prédio até outubro

Gabriel Neves
gabriel.neves@opopular.com.br

Na esteira das movimentações do governo de Goiás para centralizar gradativamente os órgãos públicos no novo centro administrativo, no Setor Central, em Goiânia, o Procon Goiás será a primeira repartição estadual a se mudar para o edifício Corporate (antigo prédio da Caixa Econômica Federal). Segundo estimativa do superintendente do órgão, Marco Palmerston, a transição deve ser finalizada até o mês de outubro.

As instalações da Secretaria Estadual de Administração (Sead) e da Secretaria Estadual de Saúde (SES) devem ficar, por outro lado, apenas para o início de 2027. O edifício tem cerca de 26,6 mil m² de área construída, com 15 pavimentos (além três níveis de subsolos, térreo, mezanino, cinco elevadores e auditório), e integra o complexo do novo centro administrativo.

Segundo a Sead, que está responsável pelas definições acerca das instalações no prédio, o edifício Corporate deverá abrigar cerca de 2,2 mil servidores quando forem concluídas as mudanças. "Com a centralização de parte dos órgãos nesta primeira etapa, a Administração Pública espera ampliar a eficiência administrativa e gerar economia por meio da redução do número de contratos individuais mantidos por cada órgão", disse a Sead, em nota enviada ao POPULAR.

O superintendente do Procon Goiás afirma que o processo de mudança para o novo local está em curso desde o fim do ano passado, quando o governo anunciou a compra do prédio, que antes pertencia à Fundação dos Economiários Federais (Funcef) e foi desapropriado. Ele justificou a demora devido ao processo de reforma dos andares que o Procon ocupará (térreo e subsolo). O órgão realiza atualmente a mudança de cabeamentos no local e implementação de novos sistemas tecnológicos. Segundo Palmerston, quando a instalação se concretizar, cerca de 200 servidores do órgão serão deslocados para a estrutura.

"Hoje, o Procon atua em todas as vertentes relacionadas ao cidadão/consumidor. O que estamos investindo muito é na capacitação do pessoal, dos servidores e treinamento para a nova sede", diz Palmerston. Segundo o superintendente, a definição do Procon logo na entrada do edifício é estratégica para facilitar o atendimento à população. Onde funcionava a antiga agência da Caixa Econômica Federal, logo na entrada da torre, passará a ser a principal área de atendimento ao consumidor. Já no subsolo, funcionará a Escola do Consumidor, voltada para treinamentos, e a área administrativa.

O governo de Goiás fará parceria público-privada para a construção de três outros prédios no estacionamento do Jóquei Clube de Goiás, que fica ao lado do Corporate, na Avenida Anhanguera.